

Publicado em 15/07/2023 - 05:56

Desenrola pode ajudar 70 milhões de devedores

CRÉDITO

A partir de 2ª feira, brasileiros com renda de até R\$ 20 mil poderão renegociar débitos com bancos. Aproximadamente 1,5 milhão de pessoas com dívidas de até R\$ 100 deixarão de ter o nome sujo — mas precisam saldar os valores devidos

Programa Desenrola ajuda inadimplentes

» FERNANDA STRICKLAND

EDILA LULA

O governo federal, em parceria com os ministérios das finanças e os bancos do país, dará largada ao programa Desenrola, voltado para atender inadimplentes que não conseguem pagar suas dívidas. O programa será dividido em etapas e começa na segunda-feira. A estimativa é de que 70 milhões de pessoas se beneficiem.

Um dos focos do Desenrola são os cidadãos com dívidas bancárias de até R\$ 100. A partir de 15 de julho, os devedores que têm dívidas de pessoas nessa situação terão o nome retirado da lista dos serviços de proteção ao crédito.

Além disso, o Desenrola prevê, neste primeiro momento, a criação de uma categoria de devedores da faixa 2, ou seja, aqueles com renda mensal de até R\$ 20 mil. Sem a restrição no nome, após pagar a dívida, o devedor pode voltar a pegar crédito, ou fazer contratos de aluguel, como aqueles feitos com a Fazenda. Segundo um preceito quase estabelecido pelo governo para que os grandes bancos dessem apoio ao Desenrola,

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) ressaltou que os bancos limpam o nome de quem tem dívidas de até R\$ 100 (cerca de 1,5 milhão de brasileiros), mas que essas cidades, ainda assim, terão de pagar os débitos que já existiam. E esse compromisso é a condição de suspensão da negativação. No entanto, a portaria não indica datas.

O ministro da Economia, o economista Fernando Haddad, que esteve no lançamento do programa, disse que a expectativa é de que o programa esteja disponível para toda a população até setembro. Antes disso, em agosto, o governo deve fazer

Limpando o nome

Entenda os principais pontos que estão dentro do programa Desenrola Brasil

O QUE É O DESENROLA BRASIL?
O programa foi criado para tirar do negativo cerca de 70 milhões de brasileiros endividados. É fruto de acordo entre o governo, os bancos e os ministérios.

O QUE VAI VALER A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA?

■ Nome: Um devedor com dívida de até R\$ 100 terá o nome retirado da lista de órgãos de proteção ao crédito. Mas isso não significa que a dívida está paga. O nome vai ser desrespeitado para que o cidadão possa organizar suas finanças e conseguir pagar a dívida. O devedor deve entrar em contato com a instituição financeira — por aplicativo, site ou agência — para zerar a dívida.

RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA PARA A FAIXA 2

Regras da faixa 2
A faixa 2 se aplica aos brasileiros com renda entre dois salários mínimos e R\$ 20 mil. Nessa faixa, não serão renegociadas as seguintes dívidas:

- Dívidas de consumo;
- Débitos gerados pela União ou de entidades públicas;
- Créditos que não tenham o risco de crédito integralmente assumido pelas agências financeiras;
- Créditos com qualquer tipo de previsão de aporte de recursos;
- Débitos com qualquer equalização de taxa de juros por parte da União.

PERÍODO DA DÍVIDA

A renegociação vale para débitos contraídos entre 2019 e 31 de dezembro de 2022.

PÚBLICO
A Faixa 2 do Desenrola é voltada para pessoas com renda mensal entre 2 salários-mínimos e R\$ 20 mil e que não estejam incluídos no Cadastro Único do governo federal. Elas poderão negociar as dívidas diretamente com os bancos, em condições especiais.

CONDICÕES
Cada banco vai definir as melhores condições de prazo, parcelamento e juros para a renegociação da dívida.

PERÍODO PARA ADÉU

A dívida da Faixa 2 só pode ser feita a partir de 17 julho de 2023 e se estenderá até 30 de dezembro de 2023, quando o Programa Desenrola Brasil termina.

O QUE OS BANCOS GANHAM COM ISSO?
Os bancos tiram a segurança de que o Tesouro Nacional arcará com o pagamento, caso o devedor tenha dificuldades em honrar as prestações. Para o Fundo Garantidor de Operações (FGO) — que também é responsável por 75% das dívidas —, também será oferecido o crédito tributário, em que cada R\$ 1 de débito renegociado será equivalente a R\$ 1 de crédito tributário.

O QUE VEM NA PRÓXIMA ETAPA?

■ A partir de setembro serão contempladas pessoas com renda mensal de até dois salários-mínimos ou inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). Poderão ser renegociadas dívidas de até R\$ 5 mil.

■ O governo vai criar uma plataforma digital em que os bancos participarão de um leilão. Ganharão o direito de renegociar as dívidas as instituições financeiras que oferecerem as melhores condições de prazo e taxa de juros, por exemplo.

Fonte: Ministério da Fazenda

Cuidado ao negociar

O Desenrola é uma alternativa para pessoas que querem quitar dívidas, mas é preciso atenção. Especialistas alertam que o devedor deve estar ciente de que, após a renegociação, cumprirá as penas de multa.

O economista Rica Mello analisou as condições do programa. "Para aqueles que se enquadram na faixa 2, com dívidas até R\$ 5 mil, que começará em setembro —, as taxas de juros são muito subsidiadas, mas é importante lembrar que geralmente quem obtém no mercado são os bons pagadores, as empresas, em geral pagam mais que os devedores de dívidas em dia. Então os devedores que aderem ao programa vão ter acesso a uma taxa de juros maiores que as que elas teriam, até porque, elas estão negativadas", explica.

Aos devedores, ele aconselha a seguir as regras de ética, a buscar a disciplina para cumprir as condições acordadas com a instituição financeira. "Se você quiser ter uma dívida, é importante garantir que terá recurso suficiente para pagar a renegociação", avisa.

"Por exemplo, adquirir ter uma dívida para renegociar essa dívida lá em 10, 20, 30 parcelas e depois você acaba no meio do caminho, não pagando alguma das parcelas", diz.

Segundo Mello, com a renegociação das dívidas, os bancos conseguem achar um novo parceiro que possa conseguir limpar o nome através do programa. "Na faixa 1, o que acontece é que o valor que é renegociado, ou seja, quanto um banco faz a renegociação de uma dívida, e não recebe esse valor na íntegra, o governo pode usar esse dinheiro para disponibilizar R\$ 8 bilhões para investimento financeiro dessa dívida.

A dívida continua para o devedor, mas a instituição financeira que fez a renegociação para aquela pessoa não tem nenhum ônus em relação a isso", descreve o economista. (F&EL)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia **Página:** 7